

Ministério do Desenvolvimento Social - MDS  
Serviço Social do Comércio – Sesc Mesa Brasil  
Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais – Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul

# Rede Brasileira de Bancos de Alimentos

2015

## **Sumário**

Introdução .....	2
Contextualização .....	4
O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN .....	4
Bancos de Alimentos no Brasil: o que são e como atuam? .....	5
Histórico dos Bancos de Alimentos públicos apoiados pelo MDS .....	6
Histórico dos Bancos de Alimentos privados do Sesc .....	8
Histórico dos Bancos de Alimentos privados da Rede do Rio Grande do Sul .....	10
A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos .....	13
Referências .....	22

## **Introdução**

O avanço da globalização e a fragmentação do aparelho estatal, decorrentes da complexificação do modelo socioeconômico adotado, tornou cada vez mais desafiador aproximar as representações e coletivos populares do processo decisório de definição da agenda política e das ações estratégicas governamentais (Paulillo & Almeida, 2011).

É diante desse espectro que se evidenciou a necessidade de discutir soluções para problemas políticos modernos e relevantes, em uma lógica diferenciada – por meio de novas estruturas políticas (Schneider, 2005).

No estudo proposto por Propiuck & Frey (2009), os autores refletem sobre essa nova conformação estrutural, denominada redes de políticas públicas ou de governanças.

Nesses arranjos, a interatividade comunicativa passa crescentemente a catalisar forças com potencial de gerar, ampliar e democratizar novos espaços de governança pública emergentes da formação de constelações sociopolíticas compostas por atores públicos, semipúblicos e privados, todos com interesses diversos, mas convergindo para determinadas esferas da vida sociopolítica.

As relações interorganizacionais podem ser organizadas em dois extremos ideais, são eles o campo e a rede. O primeiro possui conotação de competição e enfatiza uma estruturação frouxa, ou até mesmo uma desestruturação, entre as organizações que possuem ações semelhantes para atuar e impactar de forma comum. Isto é, caracterizam-se como “organizações atuando prioritariamente na promoção de objetivos próprios, mantendo relações assistemáticas com relação à área-problema”, conhecimento reduzido sobre suas funções e responsabilidades alheias, reduzido grau de consenso, com disputa de domínios e avaliação negativa em relação aos pressupostos de interdependência (Cavalcanti, 1998).

O segundo constitui-se pelo oposto. Tal arranjo, reflexo das formulações modernas de políticas públicas, pode ser classificado como “híbrido” e “heterárquico” em que os atores, dos diferentes setores, cooperam entre si para o alcance de um objetivo comum, mesmo que com interesses, lógica e valores próprios.

É relevante destacar algumas generalizações empíricas existentes sobre as redes de políticas públicas: i) o próprio conceito de rede refere-se a vínculos relativamente duradouros em que os atores envolvidos estão integrados no processo de formulação da política e suas ações; ii) embora existam diferentes atores envolvidos, há uma relação diferenciada de poder e influência – o que claramente não determina processos hierárquicos; e iii) o poder e a influência dos agentes políticos podem ser determinados por vínculos formais ou informais (como comunicação, intercâmbio de recursos, interação estratégica entre outros) (Schneider, 2005).

Outro importante corolário de um arranjo em rede é a descentralização das ações, e esse pode ser ao mesmo tempo o ponto nevrálgico e de sucesso. A estrutura governamental setorializada hoje exige das organizações em rede um rompimento com as políticas e ações fragmentadas, que culminará na participação dos membros com papéis específicos, sem centralizar as estratégias e evitando-se a sobreposição de recursos (humanos, materiais, financeiros etc.).

**Dessa forma, para se garantir uma gestão integrada alguns esforços são essenciais, como a articulação entre as entidades não governamentais e as diferentes instâncias do setor público, a mobilização das diferentes unidades político-administrativas e o estímulo às iniciativas e à participação da sociedade civil** (Cavalcanti, 1998).

Essa estrutura induz colaboração, cooperação, trabalho conjunto, gestão compartilhada e ação autônoma individual integrada a uma visão coletiva. Ressalta-se que as particularidades de cada participante e seus modos próprios de agir são fundamentais, porque permitem que as competências se complementem, de modo que a estrutura como um todo tenha todas – ou quase todas – habilidades necessárias.

Assim, a rede é entendida aqui com uma estrutura organizacional formada por um conjunto de atores que se articulam com a finalidade de aliar interesses em comum, resolver um problema complexo ou amplificar os resultados de uma ação, e consideram que não podem alcançar tais objetivos isoladamente. Na rede, os atores sociais mantêm a sua autonomia e estabelecem múltiplos vínculos de interdependência entre si, resultando numa dinâmica arena permeada por relações de cooperação e conflitos de opinião (Migueletto, 2001).

A esse despeito entende-se que a operacionalização dos instrumentos de gestão por um *modus operandi* próprio, favorece a sobrevivência e o sucesso de iniciativas inovadoras com elevado potencial intersetorial e interinstitucional.

A expectativa de se formar uma rede no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dos seus Equipamentos Públicos – em especial os bancos de alimentos – é a de promover a integração e potencializar as ações desenvolvidas pelas diversas iniciativas (públicas e privadas), voltando-se a processos mais eficientes e eficazes no combate às perdas alimentares e na educação em segurança alimentar e nutricional.

## **Contextualização**

### **O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**

O debate sobre a importância da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN consolidou-se, enquanto uma política pública no Brasil, após a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e a realização das I e II Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional – CNSAN, todas instâncias de forte articulação da sociedade civil com os setores governamentais.

Esses espaços de articulação permanente possibilitam a definição das diretrizes, programas e ações estratégicas para a proteção e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN é instituído formalmente com a publicação da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, ocasião em que o país formaliza a realização do DHAA, por intermédio da ação conjunta dos três níveis de governo, em seus diferentes setores, e das organizações da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, na perspectiva do combate à fome e da promoção da segurança alimentar e nutricional.

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN é a instância que, junto ao Conselho e à Conferência compõe o tripé do SISAN, desempenhando papel fundamental na articulação da Política Nacional e na concretude do Sistema, sobretudo por ser capaz de envolver os setores governamentais,

responsáveis e afetos à realização de ações de segurança alimentar e nutricional, para juntos comporem as estratégias do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os serviços ofertados com vistas à realização do direito humano à alimentação, no âmbito do SISAN, ocorrem nos chamados Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, que compõe uma espécie de rede de proteção social e que viabiliza uma organização operacional das ações de SAN. Esses Equipamentos Públicos são definidos como espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do direito humano à alimentação e da segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, o conceito de equipamento público de segurança alimentar e nutricional abarca os bancos de alimentos como importantes estruturas de promoção do abastecimento alimentar em diversos municípios do Brasil. Além disso, contribui para a discussão da sustentabilidade local por provocar um debate sobre o número expressivo de perdas alimentares oriundas do processo de transporte, armazenamento e distribuição da cadeia alimentar, já que se trata de um equipamento envolvido no combate às perdas e ao desperdício.

Em decorrência de todo o potencial de inter-relação com o sistema produtivo e econômico local, a gestão dos Bancos de Alimentos deve ser apropriada pelos setoriais responsáveis, de forma a se conectarem com as diversas iniciativas da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como com as iniciativas do setor privado e terceiro setor.

### **Bancos de Alimentos no Brasil: o que são e como atuam?**

Os Bancos de Alimentos são uma iniciativa de abastecimento e SAN, que visa combater a fome e a insegurança alimentar por meio da arrecadação de doações de gêneros alimentícios que seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva. Esses equipamentos podem ser públicos – sob a gestão e responsabilidade dos entes subnacionais, isto é, estado, Distrito Federal e municípios – ou podem ser privados, sob a gestão de organizações da sociedade civil de interesse social, sem fins lucrativos.

Atuam em articulação com o maior número possível de unidades de produção, distribuição, comercialização, armazenamento e processamento de gêneros alimentícios, visando ao recebimento de doações de alimentos que, por razões variadas, encontram-se fora dos padrões de comercialização, mas mantêm inalteradas suas propriedades

nutricionais, não apresentando nenhuma restrição de caráter sanitário, não oferecendo, portanto, qualquer risco ao consumo humano.

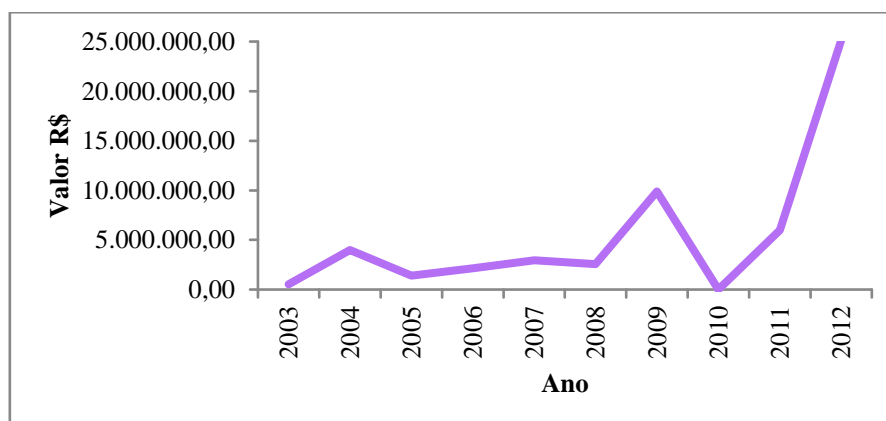
Após recebimento, seleção, processamento ou não, e embalagem, os alimentos são distribuídos gratuitamente às entidades que compõe a rede de proteção e promoção social, seja com o simples repasse, no caso de distribuição direta às famílias ou por meio da complementação das refeições servidas, inclusive de outros equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

### **Histórico dos Bancos de Alimentos públicos apoiados pelo MDS**

Os Bancos de Alimentos apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, desde 2003, são uma iniciativa pública de abastecimento e combate ao desperdício de alimentos. De 2003 a 2006, as Prefeituras e Governos Estaduais receberam, em média, R\$ 100 mil para implantação de banco por meio da aquisição de equipamentos e utensílios. De 2007 a 2012, o valor médio de repasse para a implantação de novas unidades passou a ser de R\$ 430 mil, prevendo além de equipamentos e utensílios, a construção de estrutura física, adequada as normas sanitárias – para a operacionalização de gêneros alimentícios, e aquisição de veículos para distribuição dos alimentos.

O programa vem crescendo consideravelmente. Reflexo desse crescimento pode ser visualizado no valor total de investimento do programa por ano, que saltou de R\$ 500 mil reais, em 2003, para R\$ 25 milhões de reais neste último ano, atingindo investimento total de R\$ 55 milhões em 10 anos (gráfico 1).

Gráfico 1: Recursos financeiros investidos por ano, de 2003 a 2012 (R\$)



FONTE: Banco de dados da Coordenação Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS

Apoiados pelo MDS, atualmente, existem 79 bancos em funcionamento e 30 em implantação (106 municípios, 21 estados – dos quais 16 são capitais). Até 2015 a previsão é de que o número de unidades em funcionamento aumente em 40%. As capitais, regiões metropolitanas e municípios de maior porte são localidades estratégicas para o programa, uma vez que concentram grandes redes varejistas, além de indústrias alimentícias e Centrais de Abastecimento – CEASA, espaços onde o desperdício (ou perda) é significativamente maior.

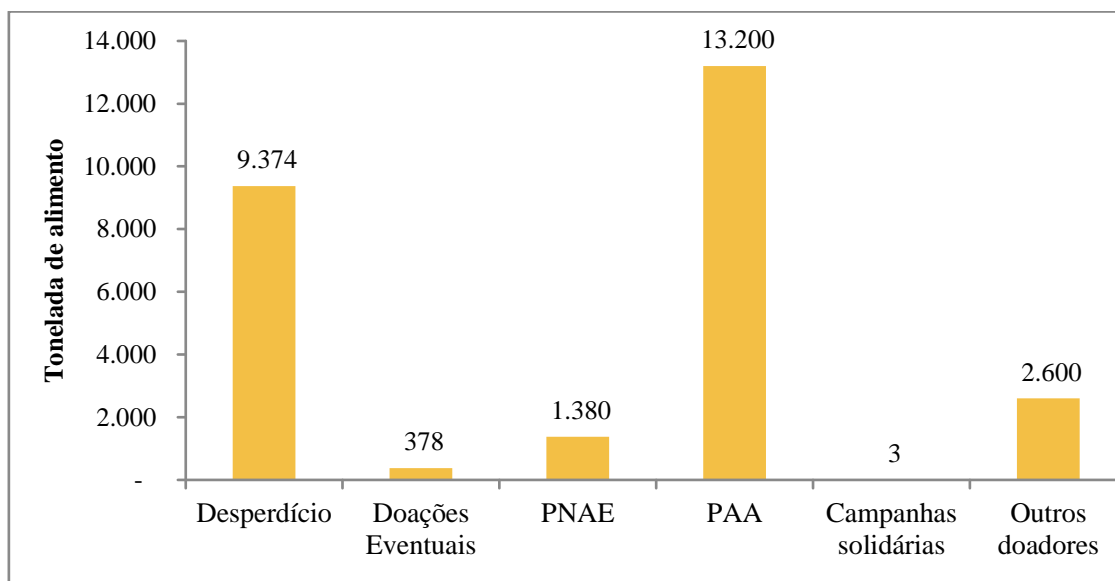
Segundo pesquisas acerca do desperdício de alimentos, as Centrais concentram cerca de 30% do total de alimentos desperdiçados no país, representando até 1,4% do Produto Interno Bruto. De forma que um Banco localizado em CEASA pode contribuir para minimizar o desperdício de alimentos no país.

Nos últimos seis anos, quadruplicou-se o número de pessoas beneficiadas: foram 1,5 milhão de pessoas até o ano de 2014. Os bancos atendem cerca de 2.000 instituições mensalmente, como entidades e unidades de assistência social, de educação e de saúde; serviços socioassistenciais; outros equipamentos públicos de SAN; instituições religiosas e outros. Quanto aos alimentos distribuídos, triplicou-se, finalizando o ano de 2014 com 15 mil toneladas de alimentos distribuídos em todo país (gráfico 2), com expectativa de aumento da captação e distribuição de alimentos de 15% até o final de 2015.

No decorrer desses 10 anos, com o avanço e consolidação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional – tanto em âmbito nacional com a aprovação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a organização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, quanto no âmbito dos municípios –, os Bancos de Alimentos ampliaram sua funcionalidade, tornando-se espaços estratégicos para estruturação dos sistemas agroalimentares locais. Isso decorre pelo seu potencial papel de articular-se com programas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, além de favorecer o desenvolvimento de atividades de educação alimentar e nutricional.



Gráfico 2: Média total de alimentos distribuídos pelos Bancos de Alimentos, no ano de 2014\*



FONTE: Banco de dados da Coordenação Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS

\*As informações relativas às quantidades (em toneladas) foram sistematizadas a partir dos Relatórios Trimestrais de Atividades recebidos pela Coordenação Geral de Equipamentos Públicos até 4º trimestre/2014.

### **Histórico dos Bancos de Alimentos privados do Sesc**

Dentre os valores que orientam a ação finalística do Sesc, estão a construção de capacidades individuais, o fortalecimento da articulação comunitária e a efetiva participação das pessoas em processos decisórios voltados para a garantia de recursos vitais, dentre eles a alimentação.

Frente ao quadro de desigualdade social em nosso país, o Sesc foi ampliando gradativamente o seu espectro de cobertura para além da clientela comerciária, de modo a atender indivíduos e grupos vulneráveis em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A constatação da existência de um contingente expressivo de brasileiros submetidos à condição de miséria e pobreza, destituídos da possibilidade de exercer um direito humano básico fundamental à existência com dignidade, deu início, na década de 1990, ao desenvolvimento de inúmeros projetos, dentre eles o banco de alimentos. As experiências se replicaram em alguns Departamentos Regionais na primeira década de 2000, inspirando a expansão dos programas de combate à fome e ao desperdício de alimentos em outros espaços institucionais no cenário nacional. Assumia-se, assim,

como um imperativo ético-político, a necessidade de se pensar estratégias intersetoriais para superação da fome e da pobreza de forma permanente.

Foi esse o cenário de lançamento, em 2003, do Mesa Brasil Sesc: uma Rede Nacional de Solidariedade contra a Fome e o Desperdício de Alimentos. Trata-se, essencialmente, de um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional estruturado sobre ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, porém próprios para o consumo, viabilizando a complementação de refeições fornecidas por entidades sociais.

Ao lado da concepção logística tradicional do banco de alimentos, caracterizada pelo recolhimento, seleção, estocagem e distribuição de gêneros alimentícios, o Mesa Brasil Sesc avançou em tecnologias e procedimentos de recolhimento e imediata distribuição dos gêneros às entidades sociais (diferencial da colheita urbana).

Destacam-se em ambas as modalidades – banco de alimentos e colheita urbana – os cuidados com a adequação das estruturas físicas e transporte, de forma a preservar a integridade e segurança dos alimentos até a destinação final. A frota atual do Programa Mesa Brasil Sesc conta com caminhões e veículos utilitários exclusivos para o transporte de alimentos, com diferentes capacidades de carga, com vistas a atender às demandas de captação e distribuição em cada localidade.

As equipes, compostas por coordenadores, nutricionistas, assistentes sociais, auxiliares administrativos, motoristas e auxiliares, possuem dedicação exclusiva e são capacitadas de forma continuada.

Com base em valores associados à defesa da vida, à garantia de direitos sociais, à solidariedade e à responsabilidade compartilhada (Sesc, doadores, entidades sociais, colaboradores e voluntários), o Programa Mesa Brasil Sesc vem fortalecendo e qualificando suas atividades em prol da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento humano.

**TABELA 1. DADOS DO PROGRAMA MESA BRASIL SESC / 2003-2014**

ANO	ALIMENTOS DISTRIBUÍDOS (KG)	PROGRAMAS (UNIDADES FIXAS)	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	DOADORES	PESSOAS BENEFICIADAS
2003	4.598.716	31		1.105	173.828
2004	9.876.870	49		1.903	266.347
2005	14.700.586	54	137	2.547	479.406
2006	21.993.302	64	225	4.054	822.350
2007	27.876.407	69	277	2.750	1.092.407
2008	29.557.014	72	325	3.324	1.060.459

2009	36.781.047	74	377	3.410	1.509.993
2010	41.291.923	78	342	3.351	1.690.771
2011	38.793.765	81	389	3.248	1.498.301
2012	41.123.099	82	408	3.079	2.036.027
2013	41.048.497	84	463	3.550	1.819.460
2014	41.395.501	89	449	3.257	1.657.405
<b>TOTAL</b>	<b>349.036.727</b>				<b>1.175.563</b>

Fonte: Banco de dados da Coordenação Nacional do Programa Mesa Brasil Sesc – Departamento Nacional do Sesc

**TABELA 2. DADOS DO PROGRAMA MESA BRASIL SESC / 2003-2014**

ANO	ENTIDADES SOCIAIS ATENDIDAS	VOLUNTÁRIOS	AÇÕES EDUCATIVAS	PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS
2003	1.194	363	527	23.499
2004	2.093	380	1.135	48.474
2005	2.894	447	2.108	77.827
2006	5.372	546	2.051	77.035
2007	4.665	532	2.214	84.631
2008	5.554	959	2.940	135.711
2009	4.417	890	3.147	172.214
2010	5.638	682	3.365	191.663
2011	5.592	637	3.593	196.305
2012	5.570	542	4.982	151.121
2013	6.730	532	4.780	222.075
2014	6.232	848	4.376	237.820
<b>TOTAL</b>			<b>35.218</b>	<b>1.618.375</b>

Fonte: Banco de dados da Coordenação Nacional do Programa Mesa Brasil Sesc – Departamento Nacional do Sesc

## **Histórico dos Bancos de Alimentos privados da Rede do Rio Grande do Sul**

Para ajudar a combater a fome no Brasil, no ano 2000, um grupo de empresas, sindicatos, entidades e grupos de serviços reuniram-se e criaram no Conselho de Responsabilidade Social e Cidadania da FIERGS o primeiro Banco de Alimentos do Brasil, na cidade de Porto Alegre. O Banco de Alimentos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que atua como um gerenciador de desperdícios administrando três operações: coleta, armazenamento e distribuição qualificada de alimentos. Em quinze anos, os Bancos de Alimentos já arrecadaram e distribuíram mais de 30 milhões de quilos de alimentos para entidades carentes.

Buscando ampliar as atividades do Banco criado em Porto Alegre, e visando levar seus benefícios a outras localidades, e ainda estabelecer uma padronização de

serviços e alinhamento da metodologia, foi criada em 2007, a Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul.

No Estado do Rio Grande do Sul, o Banco de Alimentos mantém instalações em Porto Alegre, Gravataí, Pelotas, Caxias do Sul, Guaíba, Canoas, Vale do Sinos (Portão, Sapucaia, São Leopoldo, e Esteio), Viamão, Camaquã, Santana do Livramento, Litoral Norte, Cruz Alta, Uruguaiana, Venâncio Aires, Região do Calçado (Novo Hamburgo, Estância Velha, Sapiranga e Campo Bom), Rio Grande, Cachoeirinha e Alvorada, mais o Banco do Rio de Janeiro-Oeste, o único fora do Estado. Estão em processo de desenvolvimento Bancos de Alimentos em Montenegro, São Gabriel, Região Vinícola, e Região Carbonífera (Rio Grande do Sul); Cotia (São Paulo); e Joinville (Santa Catarina). Atualmente são 19 Bancos interligados e que seguem a mesma sistemática de trabalho levando alimento, saúde e conhecimento para as comunidades carentes.

Juntos, os Bancos de Alimentos beneficiam 803 instituições no estado, doando uma média de 400 mil quilos de alimentos por mês. Somente em Porto Alegre, são doadas 250 toneladas de alimentos por mês, beneficiando 312 instituições.

A sistemática de trabalho do Banco de Alimentos é muito simples. Os alimentos doados são coletados nos locais e dias indicados pelos doadores. Em seguida, as doações são armazenadas na central de arrecadações, um depósito próprio do Banco de Alimentos. Neste local, as nutricionistas analisam e determinam quais os tipos de alimentos necessários para as instituições, conforme as quantidades e valores nutricionais ideais para suprir suas necessidades. Posteriormente ocorre a distribuição qualificada dos alimentos, entregues gratuitamente para as instituições previamente cadastradas no Banco de Gestão e Sustentabilidade. As entidades beneficentes (entidades assistenciais como creches, escolas, asilos, lares de excepcionais, associações de bairros, entre outras) também recebem treinamento sobre segurança alimentar, higiene, e aproveitamento adequado dos alimentos.

### **Projetos de Nutrição e Hortifrutigranjeiros**

O Banco de Alimentos desenvolve projetos de Segurança Alimentar e Nutricional em parceria com as principais Universidades Gaúchas (UNISINOS, UFRGS, PUCRS, UFCSPA, IPA, UNICRUZ, entre outras). Mais de 300 estagiários já participaram dos programas de nutrição, beneficiando as instituições atendidas. Um dos projetos de maior visibilidade é o “Nutrindo o Amanhã”. Periodicamente a equipe de

nutrição do Banco realiza avaliações nutricionais para determinar o perfil antropométrico das crianças matriculadas nas instituições atendidas. Somente em 2014, avaliaram o estado nutricional de 398 crianças e adolescentes atendidos nas instituições, realizaram 54 dinâmicas de educação alimentar, além de ministrar 49 palestras, oficinas e capacitações com pais, educadores e funcionários das instituições.

De igual importância se destaca o Projeto “Cozinha Nota Dez” que busca implementar uma cultura de boas práticas e higiene na manipulação de alimentos nas instituições beneficiárias do Banco de Alimentos. Até o momento, 91 instituições participaram do programa.

O projeto “Oficina do Sabor” tem como objetivo incentivar as pessoas a realizarem escolhas alimentares adequadas, tendo a culinária como seu eixo estruturante. As oficinas de culinária são realizadas na cozinha experimental do Banco de Alimentos e são divididas em parte prática e teórica. Somente no último exercício, 191 crianças, jovens, cozinheiros e auxiliares realizaram oficinas de aperfeiçoamento em técnicas de culinárias e gastronomia saudável.

Em 2014 foi lançado o novo Projeto Passos da Longevidade, que tem como objetivo promover e manter a qualidade de vida e saúde da população idosa. Neste período, realizou 15 planejamentos alimentares específicos e 78 avaliações do estado nutricional em duas instituições de longa permanência para idosos e em um grupo de convivência.

Outra iniciativa de grande amplitude social é o projeto de combate ao desperdício de alimentos, com destaque para o Programa “Hortifrutigranjeiros”, em parceria com supermercados do Estado do Rio Grande do Sul para recolhimento, higienização e distribuição de frutas e hortaliças “descartadas” das gôndolas das lojas, mas em perfeitas condições de consumo humano. Somente com este programa foram arrecadados e distribuídos 740 toneladas de hortifrutigranjeiros no último ano.

### **Fontes de captação de recursos e campanhas**

No que se refere às fontes de captação de alimentos, o Banco de Alimentos se orgulha de poder contar com a participação da sociedade como um todo, a partir de uma sinergia estabelecida com empresas, sindicatos, bancos comerciais, universidades, clubes de serviços, associações comerciais, industriais e de serviços, federações, entidades religiosas, poder público, entidades representativas de classe, entre outras, que

lhe proporcionam doações para serem destinadas às instituições previamente cadastradas.

Ainda com o objetivo de captar alimentos, o Banco desenvolve campanhas de arrecadação, tais como o tradicional “Sábado Solidário” que é realizado em parceria com a Rede de Supermercados Walmart em todo o Estado do Rio Grande do Sul, sempre no primeiro sábado do mês, contando com um verdadeiro exército de voluntários que captam alimentos e estimulam a solidariedade.

Já a campanha virtual do “Clique Alimentos”, que é uma verdadeira inovação tecnológica na área de responsabilidade social, já captou para o Banco mais de 4.000.000 quilos de alimentos. Disponibilizando aos internautas uma sistemática extremamente simples de clicar para doar sem qualquer custo, o Banco conseguiu facilitar a participação de doadores do mundo inteiro. O site [www.cliquealimentos.com.br](http://www.cliquealimentos.com.br), desde o seu lançamento em 2008, já foi acessado por internautas de 140 países e mais de 2 mil cidades do mundo. As Campanhas “Super Natal Banco de Alimentos”, “Inverno Sem Fome” e “Campanha do Quilo” são outras importantes campanhas de sucesso do Banco de Alimentos.

### **A Rede Brasileira de Bancos de Alimentos**

Desde 2003, há registrado em documentos diversos, frutos de encontros entre gestores de Bancos de Alimentos, a intencionalidade da criação de uma Rede, sendo inclusive recomendação contida em relatório de avaliação do Programa Banco de Alimentos do Tribunal de Contas da União – TCU em 2005. A esse despeito o que se observa como expectativa da formação desta rede é a integração e potencialização das ações desenvolvidas pelas diversas iniciativas – públicas e privadas – de Banco de Alimentos.

Em 2013, o MDS iniciou um esforço neste sentido, quando firmou um Acordo de Cooperação com o Sesc – Mesa Brasil, iniciativa não pública de banco de alimentos, com o objetivo de integrar as ações e iniciativas visando fortalecer ações de Segurança Alimentar e Nutricional e de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Um ano depois, o MDS realizou quatro oficinas regionais com os Bancos de Alimentos públicos que receberam apoio do Ministério, com vistas a identificar os processos de gestão existentes e as demandas. Paralelamente, constituiu uma mesa de

diálogo com os bancos da iniciativa privada, como o Sesc e a Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, para debater a estruturação de uma Rede.

Após as discussões e encontros, ficou evidenciado que a estruturação de uma Rede de Bancos deveria operar de forma colaborativa e associativa e que tivesse por missão fortalecer e integrar a atuação dos bancos de alimentos de modo a contribuir para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil e ampliação da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. É com esse objetivo maior que se propõe, então, neste projeto, a estruturação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.

**Missão:**

Fortalecer e integrar a atuação dos bancos de alimentos de modo a contribuir para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil e ampliação da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada

Considerando sua missão, trata-se de uma rede do tipo “Painel de distribuição cívico”<sup>1</sup>, uma vez que se propõe a conectar diversas organizações de modo a aumentar a capacidade umas das outras e com isso produzir um resultado público mais efetivo. Contudo, ressalta-se que em um primeiro momento a Rede pode ter muito mais um caráter de disseminação da informação.

Dessa forma, a Rede Brasileira de Banco de Alimentos tem entre seus objetivos:

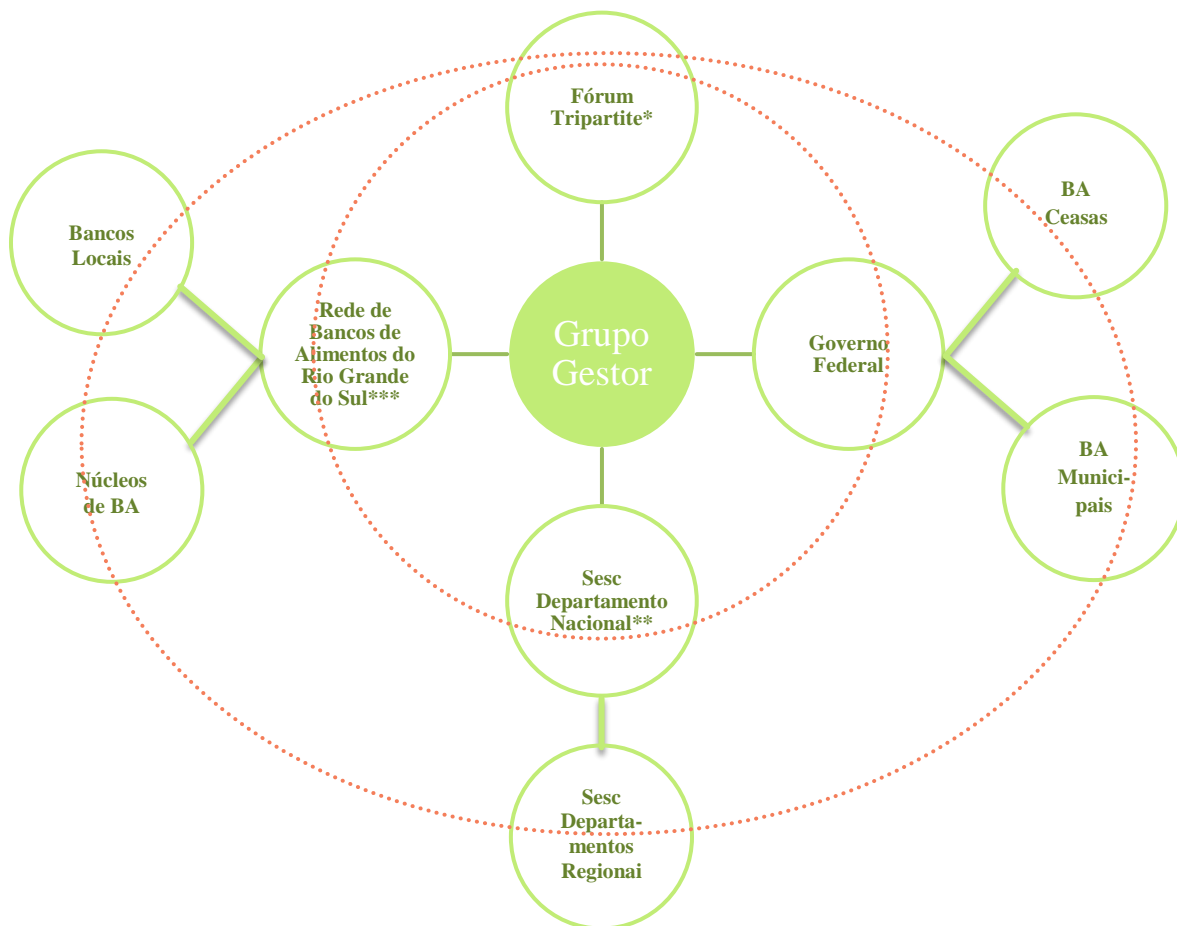
**Objetivos:**

- promover a troca de experiências, o fortalecimento e a qualificação dos bancos de alimentos;
- atender instituições governamentais e/ou não governamentais com alimentos oriundos de doações;
- atender instituições governamentais e/ou não governamentais com alimentos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos – doação simultânea;
- desenvolver ações educativas voltadas à segurança alimentar e nutricional e ao fortalecimento institucional;
- contribuir para a redução do desperdício de alimentos no país.

Considerando a perspectiva colaborativa, compreende-se que a Rede deverá ter um grupo gestor, que atuará como seu integrador. Para um primeiro momento, considerando as características do SISAN, propõe-se que esse grupo seja constituído por: (i) 1 representante do fórum tripartite do SISAN; (ii) 1 representante do MDS; (iii) 1 representante do Sesc; e (iv) 1 representante da Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul.

---

<sup>1</sup> Classificação de Goldsmith e Eggers. *Governar em rede – o novo formato do setor público* (2011)



\* O Fórum Tripartite deverá ser representado por gestor estadual e municipal, garantindo rodízio de mandato.

\*\* Cabe ao Departamento Nacional do Sesc (Sesc/DN) realizar a gestão nacional do Mesa Brasil Sesc sendo de responsabilidade dos Departamentos Regionais (DDRR) a gestão local e operacionalização dos bancos de alimentos.

\*\*\* A Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul será administrada pela Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais.

O Grupo Gestor será responsável pelo desenvolvimento das seguintes funções:

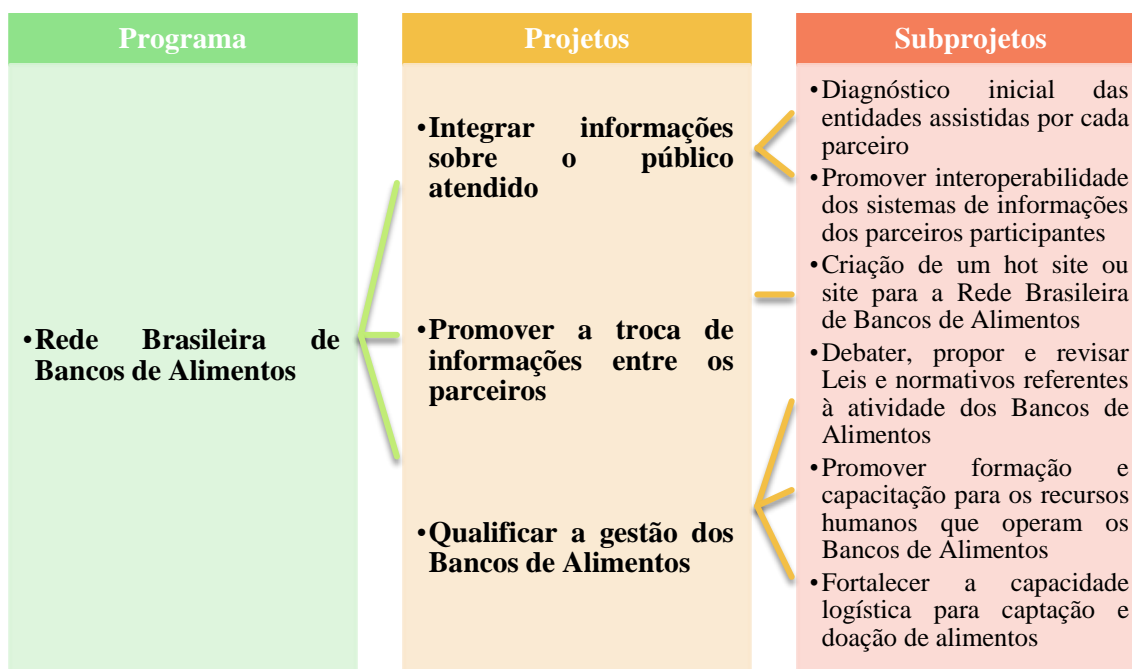
- Coordenar as atividades entre os participantes;
- Estabelecer canais de comunicação;
- Compartilhar conhecimento, estabelecer metas e alinhar valores;
- Medir o desempenho da rede; e
- Garantir a transparência das ações desenvolvidas no âmbito da rede.



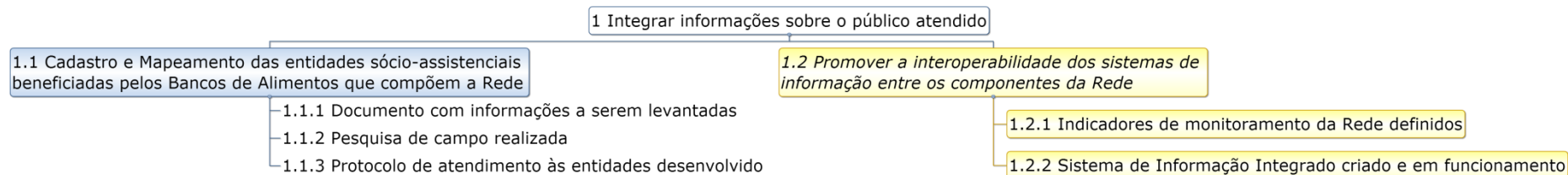
**Participantes:**

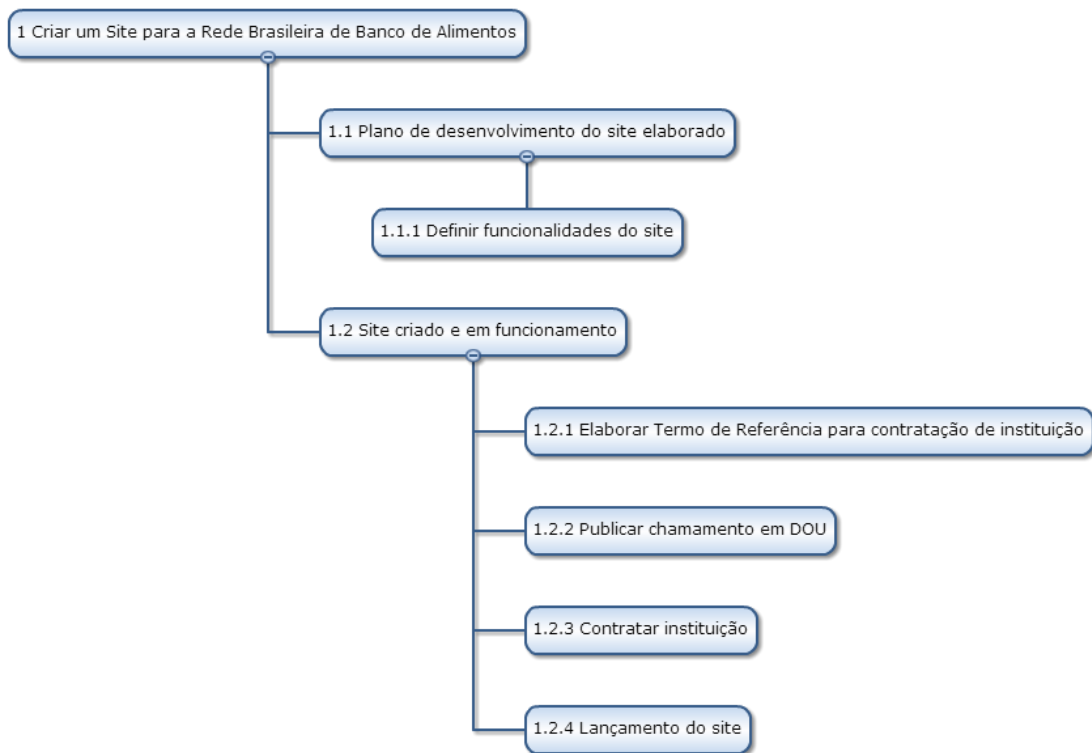
- Banco de alimentos públicos sob gestão da prefeitura municipal;
- Banco de alimentos públicos sob gestão da Central de Abastecimento;
- Banco de alimentos privados que constituem o Mesa Brasil Sesc;
- Banco de alimentos privados pertencentes à Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul;
- Grupo Gestor: constituído pelo Governo Federal, Sesc/Departamento Nacional, Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, Fórum tripartite do SISAN.

Considerando os resultados e encaminhamentos decorrentes das oficinas regionais promovidas pelo MDS e do Encontro Nacional de Gestores de Bancos de Alimentos, promovidos até outubro de 2014, e também considerando a missão e objetivos construídos, pode-se propor o seguinte “modelo” inicial para a estruturação da rede:

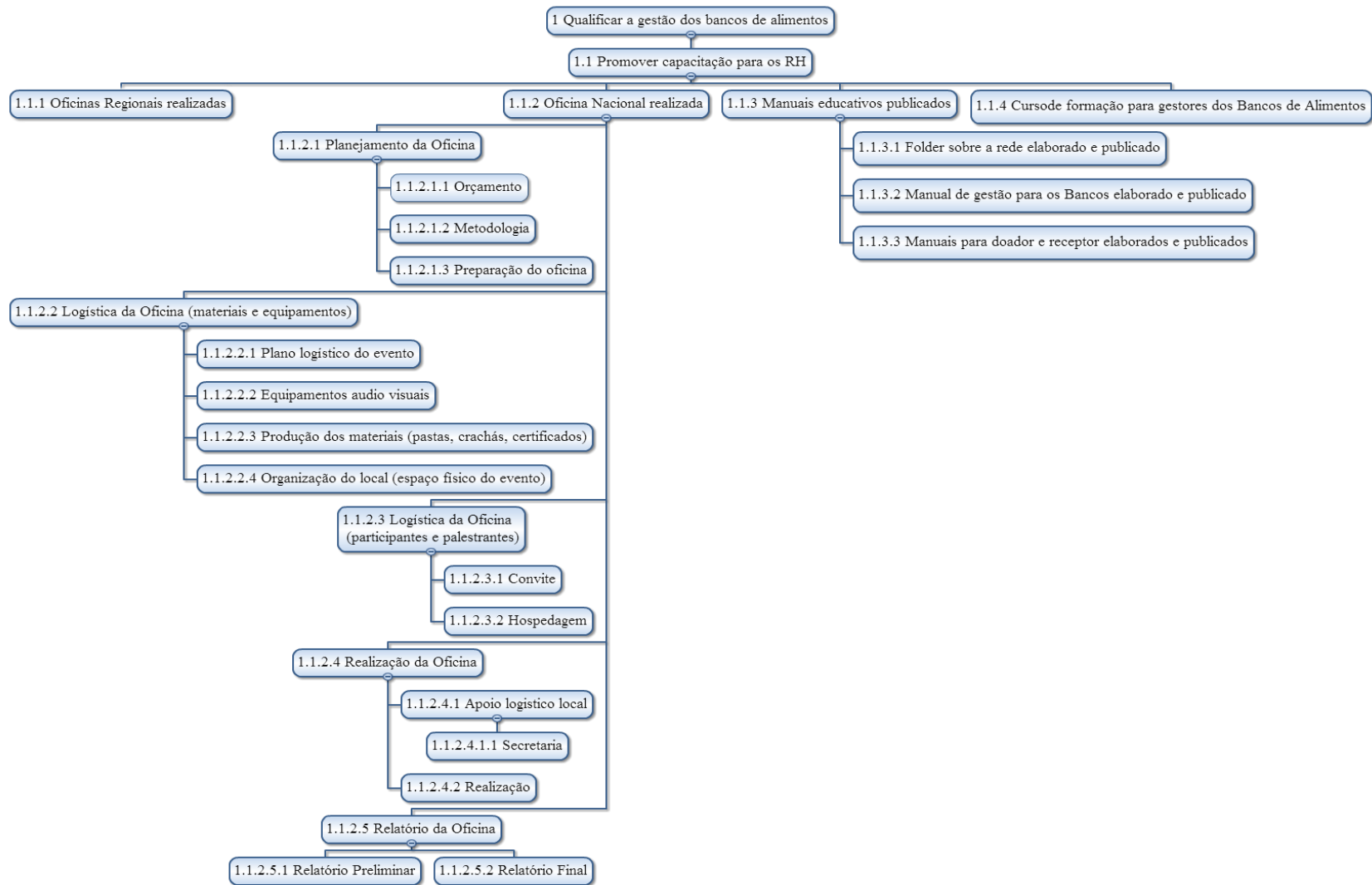


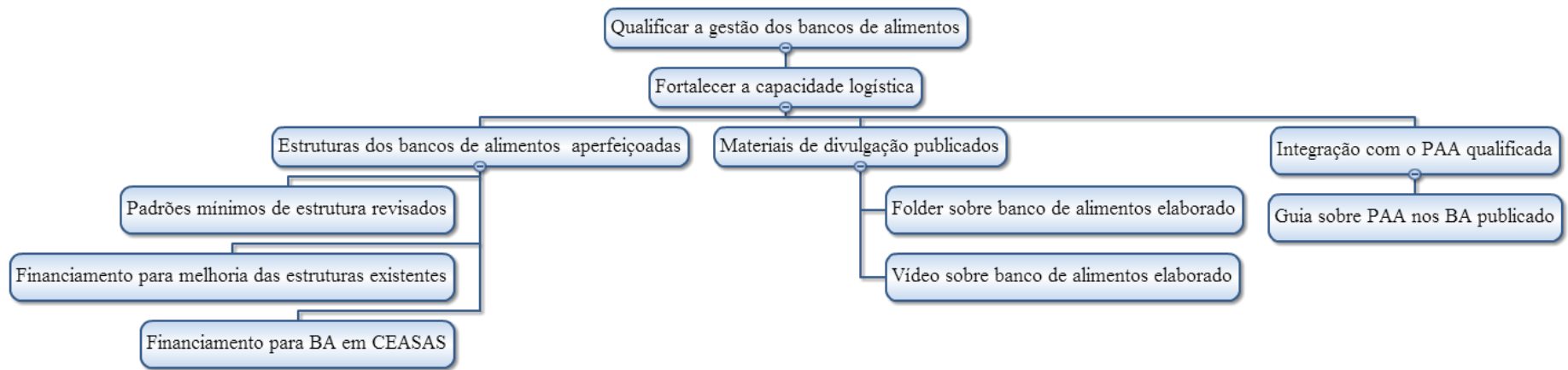
Detalhamento:

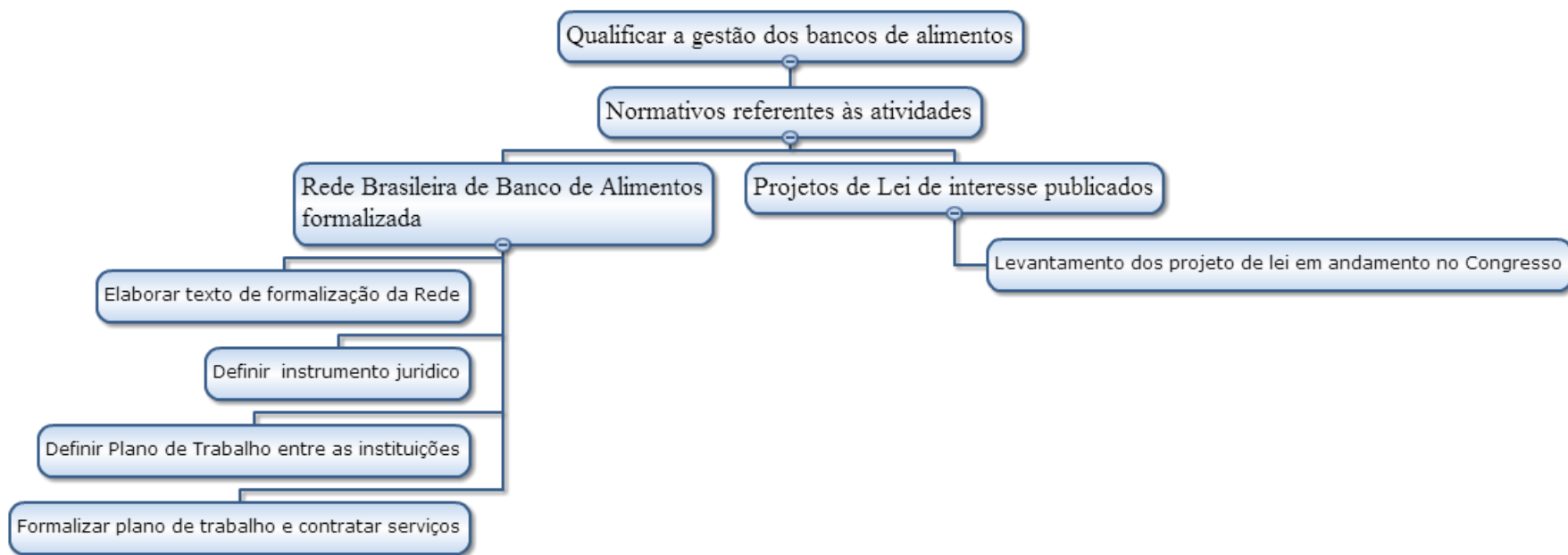




www.wbstool.com







## Referências

Paulillo, L. F. O. & Almeida, L. M. M. C. Gestão de redes de políticas públicas locais de segurança alimentar: uma análise comparativa dos municípios de Campinas, Araraquara e Catanduva. *Gest. Prod.*, São Carlos, v.18, n.4, p. 853-868, 2011.

Propiuck, M. & Frey, K. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.17, n.34, p. 63-83, out. 2009.

Cavalcanti, B. S. Implementação de programas sociais de massa: a gestão estratégica no contexto interorganizacional da política pública. *Revista Paranaense de Desenvolvimento: Curitiba*, Nº 93, p.73-89, jan/abr, 1998.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea. *Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira*. Brasília, nov., 2009.

Perini, J. H. M.; Neto, A. L. N.; Silva, M. M. A.; Medeiros, B. J.; Lima, K. F. A rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (REDESAN) como estratégia da política de segurança alimentar e nutricional. *Cadernos de Estudos – desenvolvimento social em debate*, n. 14, 2010.

Schneider, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.

Migueletto, D. C. R. *Organizações em rede*. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública para obtenção do grau de mestre em administração pública. Rio de Janeiro, 2001.